



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

**Processo nº:** 10.137/17-e

**Jurisdicionada:** Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal – DER/DF

**Assunto:** Licitação

**Órgão Técnico:** Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação

**Valor Estimado:** R\$ 6.250.165,95

**Data de Abertura:** 25.4.2017, às 09h00min

**Publicação:** Pauta dispensada (Res. 161/2003, art. 1º, inciso VI)

**Ementa:** Análise do edital do Pregão Eletrônico nº 19/2017, elaborado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, visando à contratação de empresa prestadora de serviços de suporte ao ambiente computacional de infraestrutura e processo de execução em 1º, 2º e 3º níveis, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência. O Corpo Técnico sugere o conhecimento do edital, a suspensão do certame e determinação à jurisdicionada para corrigir as falhas apontadas ou apresentar as justificativas que julgar pertinentes. DECIDI de acordo com a Instrução, com ajustes redacionais (Despacho Singular nº 245/2017-GCPM). Distribuição antecipada do referido despacho singular para ratificação do egrégio Plenário.

### RELATÓRIO

Cuidam os autos da análise do edital do Pregão Eletrônico nº 19/2017, elaborado pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal, visando à contratação de empresa prestadora de serviços de suporte ao ambiente computacional de infraestrutura e processo de execução em 1º, 2º e 3º níveis, conforme especificações e condições estabelecidas no Termo de Referência constante do Anexo I do edital (item 1.1, e-doc C236A52C-e, fl. 1).

2. O tipo de licitação adotado é o de **menor preço** global, conforme cláusula 7.8 do edital.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

3. O valor estimado para aquisição dos serviços que compõem o objeto é de **R\$ 6.250.165,95**, segundo estimativa de preço constante do item 1.1 do Termo de Referência (e-doc C236A52C-e, fl. 57).
4. A abertura do certame está prevista para o dia 25.4.2017, às 09h00min, consoante extrato publicado no DODF de 7.4.2017, pág. 36 (e-doc EB154771-e).
5. O prazo de vigência do contrato a ser formalizado será de 30 (trinta) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57 da Lei nº 8.666/93, nos termos do item 11.1 do edital (e-doc DCBD5DAC-e, fl. 17).

### MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO INSTRUTIVO

6. O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 20/2017 – NFTI (e-doc 89FEC46A-e), de 19.4.2017, analisa a matéria, nos termos seguintes:

#### **“Dos Requisitos Técnicos Estabelecidos no Termo de Referência**

##### ***Do Planejamento da Contratação***

3. Destaca-se a presença, nestes autos (e-doc D8FD26E3-e e 7334C246-e), dos artefatos resultantes do processo de planejamento da contratação previstos na IN SLTI nº 4/2010, art. 10, incisos I a IV<sup>2</sup>, a saber:

- a. Documento de oficialização da demanda (fls. 02/07);
- b. Análise de viabilidade da contratação (fls. 8/12);
- c. Estratégia da contratação (fls. 20/26);
- d. Plano de sustentação (fls. 27/32);
- e. Análise de riscos (fls. 13/19).

4. Apesar da IN SLTI/MPOG nº 04/2010 estar revogada pelo Decreto nº 37.667/2016, que recepcionou a IN SLTI/MPOG nº 04/2014, entende-se que a elaboração dos artefatos previstos na IN SLTI/MPOG nº 04/2010 não representa prejuízo ao processo de

---

<sup>2</sup> IN 04/2010 – SLTI/MPOG, recepcionada no Distrito Federal pelo Decreto nº 34.637/13 e revogada pelo Decreto nº 37.667/2016.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

*planejamento, visto que a IN SLTI/MPOG nº 04/2014 procede a simplificação de artefatos.*

### **Do Objeto**

*5. O DER definiu por objeto do certame a contratação de empresa especializada em serviços de atendimento e suporte técnico remoto/presencial e suporte ao ambiente computacional de infraestrutura e processos de execução em 1º, 2º e 3º níveis, segundo as melhores práticas preconizadas pela ITIL (Information Technology Infrastructure Library)<sup>3</sup> em grau crescente de especialização, que possua capacitação técnica necessária para atender a execução de tarefas demandadas, incluindo garantia, e digitalização de documentos, para cobrir as necessidades das atividades do DER, remunerados por Unidade de Serviço Técnico – UST, conforme especificações constantes no Termo de Referência (fl. 24 do e-doc C236A52C-e).*

### **Da Fundamentação da Contratação**

*6. No tocante à Fundamentação da Contratação, o DER relata que “a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de suporte a um ambiente computacional e de infraestrutura de redes proporciona uma adequação aos conceitos e expectativas de entrega de valor, baseado em efetiva produtividade, combinada com a disponibilidade dos recursos técnicos necessários para atender às demandas, distribuídas de acordo com a complexidade de cada atividade desses atendimentos. Uma eventual indisponibilidade desses serviços causaria impactos severos aos trabalhos, sejam eles finalísticos ou de apoio, podendo até mesmo impedir ou dificultar as ações institucionais e causar prejuízos de difícil mensuração ao DER. Ademais, a contratação está de acordo com o PEI 2012 a 2022”, conforme quadro presente no Termo de Referência (fl. 28 do e-doc C236A52C-e).*

*7. Soma-se a essas razões, de acordo com o Termo de Referência (fls. 139/208, e-doc 7D04DBA3), “que a contratação contribuirá para melhorar a governança de TI no DER, bem como na implementação dos controles que deverão ser empreendidos para dotar a Autarquia de práticas de governança de TI baseadas em padrões nacionais e internacionais, tais como ITIL, PMBOK e Normas ISO. A biblioteca Information Technology Infrastructure Library – ITIL é uma referência para processos de trabalho ligados a suporte de serviços, que compõe um dos quatro domínios do modelo COBIT e atualmente é bastante integrada com esse modelo. O Project Management Body of Knowledge - PMBOK é um guia de melhores práticas orientadas à gerência de projetos,*

---

<sup>3</sup> ITIL - Information Technology Infrastructure Library - é um conjunto de boas práticas para serem aplicadas na infraestrutura, operação e gerenciamento de serviços de tecnologia da informação (ITSM). Foi desenvolvido no final dos anos 1980 pela CCTA (Central Computer and Telecommunications Agency), hoje OGC (Office for Government Commerce) do Reino Unido.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

*compilado pelo Project Management Institute – PMI. O conjunto de normas da International Standard Organisation – ISO são voltadas à segurança da informação, que é derivada da norma britânica BS7799 e foi substituída pela família de normas 27000.”.*

*8. Quanto ao Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI, a jurisdicionada informa que o “PDTI, 2014/2016, o qual entrará em revisão para o triênio 2017 a 2019, elenca diversos projetos necessários. 2.1.5. Apesar da necessidade de revisão desse importante instrumento de gestão de TIC, a presente demanda não deixa de guardar estreita relação com os objetivos do PDTI, quais sejam: melhorar a qualidade dos serviços por meio da capacitação e da inserção das melhores práticas de TIC no âmbito da organização; e aperfeiçoar os instrumentos de governança e gestão de TIC. Em relação aos princípios e diretrizes do PDTI o mesmo ocorre, ou seja, a presente demanda converge para: preferência pela contratação de atividades executivas, permitindo que os servidores públicos efetivos se concentrem nas atividades de Gestão; todos os serviços e processos de TIC críticos para o DER devem ser monitorados; garantir o atendimento de qualidade aos usuários; e garantir a segurança, integridade, disponibilidade e acesso à informação. Do mesmo modo, o objeto aqui pretendido está alinhado com a nova EGTI 2016 a 2019 do Governo”.*

### **Da Modalidade de Licitação**

*9. Ao optar pela utilização do pregão eletrônico como forma de seleção do fornecedor, a jurisdicionada observou orientação expressa no art. 9º, § 1º, do Decreto Federal nº 7.174/2010, recepcionado pelo Decreto Distrital nº 37.667/2016, bem como a jurisprudência desta Corte de Contas<sup>4</sup>.*

### **Requisitos da Contratação**

*10. Verifica-se que os serviços foram detalhados com os requisitos mínimos indispensáveis à execução do objeto pretendido, levando-se em conta o ambiente da contratante (fls. 24/176, e-doc C236A52C-e). Contudo, algumas considerações devem ser feitas quanto a inconsistências no termo de referência que devem ser corrigidas e serão detalhadas nos tópicos dessa informação.*

*11. Inicialmente foram identificadas incorreções no Edital / Termo de Referência (e-doc C236A52C-e) relacionadas à numeração de itens/subitens, trechos replicados e de alguns termos, que dificultam a referência do conteúdo do edital e o entendimento dos interessados no certame, descritos de forma não exaustiva a seguir:*

- ✓ numeração errônea de itens/subitens nas folhas 19 (texto 11.14.), 44 (texto 1.1), 45 (texto 2., 2.1 e 2.2), 44 (texto 1.1), 46 (texto 3. E 3.1), 49 (texto 3.2, 4, 4.1 a 4.11), 50 (texto

<sup>4</sup> Decisões nos 3.433/2011, 3.803/2012 e 469/2013.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

4.12 a 4.26), 51 (texto 5 a 5.14), 52 (texto 5.15 a 5.21, 6 e 6.1);

✓ duplicação de textos nas folhas 67/117 com 126/176 e nas folhas 59/66 com 118/125;

✓ termos fl. 17 (item 11.2. “sob pena de **recair** o direito à contratação...”), fl. 19 (IV – a empresa sediada, domiciliada ou com filial do Distrito Federal, deverá **apresenta**, também, ...), fl. 27 (Ademais, a contratação está de acordo com o PEI 2012 a **20122**,...), fl. 37 (item 2.3.20 “Decisão 6035/2015 do Tribunal de Contas do Distrito Federal (referencia IN’s **08/2008** e 04/2014 ambas da SLTI/MPOG), quando deveria ser 08/2010, ...

12. Entende-se necessário sugerir a Corte determinar que a jurisdicionada proceda as correções de inconsistências no edital e termo de referência.

### **Da Qualificação Técnica**

13. No tocante à qualificação técnica exigida, o Edital apresenta critérios restritivos à competitividade do certame com exigência de dezesseis atestados, descritos a seguir.

“15.2.5.1. Atestado de Capacitação Técnica que comprove ter a empresa licitante executado em ambiente de **no mínimo 550 (quinhentos e cinquenta) usuários de rede**, pelo período mínimo de 15 (quinze) meses, serviços de características técnicas semelhantes ao objeto desta contratação nos termos da lei,

15.2.5.1.1. Prestação de serviços de Tecnologia da Informação e Comunicações — TIC, envolvendo o planejamento, implantação, monitoração, operação e gestão continuada de Central de Suporte Técnico (Service Desk), remoto e presencial nas instalações do contratante, contendo mais de **450 (quatrocentos e cinquenta) estações de trabalho entre desktops e notebooks** configurados com sistemas operacionais Windows e ferramenta para escritório Office. Contemplando instalação, configuração, manutenção de hardware e software, administração de sistemas operacionais, solução de incidentes e problemas por meio de atendimento a chamados, atendendo os Acordos de Níveis de Serviço (ANS’s) estabelecidos, em conformidade com as melhores práticas ITIL — Information Technology Infrastructure Library;

15.2.5.2. Atestado Técnico na utilização de processos de maturidade para promover contínuo aprimoramento de relacionamento, por meio do incremento constante da qualidade decorrente da utilização de procedimentos e boas práticas;





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

15.2.5.3. *Atestado Técnico com eficácia e eficiência em operação, segundo os níveis de satisfação definidos, visando a satisfação do cliente, com indicadores de disponibilidade e desempenho, tais como índice de disponibilidade de serviço, tempo de resposta a uma solicitação do cliente para modificação ou alteração, níveis de serviço de tecnologia da informação, tempo de recuperação, taxa de incidentes relativos à tecnologia, tempo médio de fila para suporte técnico e tempo de resposta;*

15.2.5.4. *Atestado Técnico de instalação, configuração, fornecimento, gerenciamento e utilização de solução informatizada para Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação (ITSM) certificada PinkVerify em ITIL nos processos de Gerenciamento de Incidentes, Gerenciamento de Base de Conhecimento, Gerenciamento de Requisições, Gerenciamento de Ativos e Configuração, Gerenciamento de Nível de Serviço, Gerenciamento do Catálogo de Serviços, Gerenciamento de Mudanças, Gerenciamento de Liberação e Implantação e Gerenciamento de Problemas;*

15.2.5.5. *Atestado Técnico de prestação de serviços de suporte técnico especializado em máquinas servidoras incluindo: instalação, configuração, manutenção e administração de sistemas operacionais Windows Server versão 2008 ou superior, Linux CentOS na versão 7 ou superior;*

15.2.5.6. *Atestado Técnico de manutenção da infraestrutura de rede, compreendendo os serviços e atividades inerentes ao ambiente computacional (hardware e software), no que diz respeito à sua infraestrutura de rede corporativa (física e lógica), servidores e estações de trabalho, administração de rede e segurança física e lógica, em ambientes operacionais, gerenciamento de identidades, protocolos de comunicação e conexão, serviços de proxy e antivírus, rede independente de armazenamento de dados do tipo SAN, NAS, Worm, VTL e unidades robóticas de backup com uso de ferramenta profissional corporativa, roteadores e switches de camada 2 e camada 3;*

15.2.5.7. *Atestado Técnico em manutenção de ambiente de sistemas e de aplicações corporativas, compreendendo instalação, configuração e monitoramento de sistemas de gerenciamento de banco de dados Microsoft SQLServer versão 2008 R2 ou superior;*

15.2.5.8. *Atestado Técnico em operação e suporte de no mínimo **2 robôs de backup com pelo menos 2 drives cada e 48 fitas do tipo LTO 4 e 5 com software de backup corporativo Báculo e DPM, ou similar** desde que seja compatível;*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

15.2.5.9. *Atestado Técnico comprovando experiência na análise, monitoramento, manutenção, customização da ferramenta de clusterização Microsoft Failover;*

15.2.5.10. *Atestado de Capacidade Técnica comprovando experiência no serviço de comunicação de dados composta por backbone em fibra óptica que interligue pontos distantes com tecnologia gigabit ethernet no mínimo de 1000 Mbps por par de fibra óptica;*

15.2.5.11. *Atestado Técnico contemplando a criação de escopos no DHCP e zonas de DNS, IP's reversos, restrições e liberações de portas de acessos;*

15.2.5.12. *Atestado Técnico na prestação de serviços técnicos especializados em Tecnologia da Informação, compreendendo apoio às atividades de gestão de projetos, análise e modelagem de processos de negócio e governança de TI, elaboração de proposta de melhoria nos processos de trabalho de TI com aderência aos processos ITIL e Cobit;*

15.2.5.13. *Atestado Técnico contemplando a elaboração de plano de gestão e configuração de processo de backup com o uso da ferramenta Báculo;*

15.2.5.14. *Atestado Técnico contemplando a instalação, configuração e monitoramento de servidores de aplicações GeoServer, Apache, Tomcat 6.x, e IIS;*

15.2.5.15. *Atestado Técnico contemplando suporte técnico para os serviços de infraestrutura através de níveis de serviço, com atendimento de suporte remoto e presencial ao parque computacional com **16 (dezesseis) servidores físicos e 46 (quarenta e seis) servidores virtuais MS Hyper-V, rede LAN com 28 (vinte e oito) switches,** solução de gerenciamento de backup Báculo, Storages, Rede Wireless;*

15.2.5.16. *Atestado Técnico contemplando a prestação de serviços de suporte técnico especializado em rede de computadores com 16 (dezesseis) servidores, 640 (seiscentos e quarenta) pontos de rede, envolvendo atividades de: Instalação, configuração, manutenção e administração de serviços de rede LAN's, WAN'S e Wi-Fi; Administração de Firewall/Proxy e equipamentos de conectividade (Hubs, Switches ou Routers e Enterasys); Storage Area Network e Solução Antivírus."*

14. Os atestados descritos apresentam especificidades que restringem consideravelmente a competitividade do certame.

15. As decisões da Corte são no sentido de as restrições fixadas para o certificado estabelecer a possibilidade de apresentar um ou



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

*mais certificados para compor no máximo 50%<sup>5</sup> do quantitativo estimado para execução do objeto contratual, bem como a exigência de compatível com o objeto do certame.*

*16. O Plano de Sustentação (fl. 29, e-doc D8FD26E3-e), no item “2.1.1 Recursos Materiais” informa um resumo do parque tecnológico do DER que estará no âmbito da execução contratual desse processo licitatório.*

**2.1.1 – Recursos Materiais**

Id	Recurso	Qtde	Disponibilidade	Responsável
1	Servidores físicos	13	24/7	GEOPE
1	Servidores virtuais	46	24/7	GEOPE
2	Servidores de banco de dados	6	24/7	GESIS
3	Ativos de rede	46	24/7	GEOPE
4	Equipamentos(IP) (impressoras, telefones e computadores)	1100	24/7	GEOPE

*Fonte: Plano de Sustentação (fl. 30, e-doc D8FD26E3-e)*

*17. A partir desse quadro é possível identificar o descumprimento dos limites máximos aceitáveis pela Corte de 50% para as exigências nos certificados para quantitativo estimado para execução do objeto contratual em quase todos os recursos descritos na tabela (certificado descrito no item 15.2.5.15), bem como itens em que não é possível avaliar com as informações apresentadas no processo GDF nº 113.003.740/2017<sup>6</sup> relativo as exigências dos itens 15.2.5.1, 15.2.5.1.1, 15.2.5.6, 15.2.5.8 e 15.2.5.14.*

*18. O item 15.2.5.4 exige que a empresa comprove a instalação, configuração, fornecimento, gerenciamento e utilização de solução informatizada para Gestão de Serviços de Tecnologia da Informação certificada PinkVerify em nove processos ITIL.*

*19. Das 69 ferramentas<sup>7</sup> mundiais certificadas com PinkVerify em ITIL, somente um terço apresentam as certificações nos processos descritos nesse item e muitas não possuem representantes no Brasil.*

*20. O item 15.2.5.14 estabelece a comprovação de instalação, configuração e monitoramento de servidores de aplicações GeoServer, Apache, Tomcat 6.x, e IIS, que representa limitação a participação de empresas interessadas.*

*21. O cumprimento da composição de todos os dezesseis*

<sup>5</sup> Decisões nº 2755/2012, 1904/2013 e 1491/2014.

<sup>6</sup> e-doc D8FD26E3-e e 7334C246-e.

<sup>7</sup> <https://www.pink elephant.com/en-us/PinkVERIFY/PinkVERIFYToolsets>



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

certificados representa óbice considerável as empresas interessadas em participar no certame devido a especificidade de cada certificado e variedade de áreas da Tecnologia da Informação empregadas. Esse condicionamento pode caracterizar direcionamento a atual empresa que já faz a prestação de serviços no DER.

22. Desse modo, sugere-se a Corte que determine ao DER a reelaboração e justificação da exigência de todos os certificados, que altere a descrição dos itens para permitir a composição de certificados e totalizar os limites estabelecidos, cumprimento do limite máximo de exigência de 50% do quantitativo estimado para contratação, conforme decisões da Corte.

**Do Modelo para Prestação de Serviços**

23. O DER definiu que os serviços de atendimento e suporte técnico remoto/presencial e suporte ao ambiente computacional de infraestrutura e processos de execução em 1º, 2º, e 3º níveis que serão mensurados pela métrica Unidade de Serviço Técnico – UST, estimada em R\$ 46,83 (fl. 108 do e-doc C236A52C-e).

24. Segundo o DER, “Dada a variação na complexidade dos serviços existentes e também na criticidade de uso do serviço em relação ao funcionamento da mesma com a finalidade principal da organização, fez-se necessário criar outros níveis de complexidade para tais atividades. Por esse motivo, foram adotados cinco níveis de complexidade: Baixa, Intermediária, Mediana, Alta e Especialista.”

25. No quadro de complexidade dos serviços (fl. 55 do edital), registrou-se níveis de complexidade e quantitativo de equivalência de UST, conforme descrito a seguir.

QUADRO DE COMPLEXIDADE DOS SERVIÇOS			
Complexidade da Atividade	Sigla	Definição das Atividades	Equivalência UST
Baixa	B	Serviço de Atendimento presencial ao usuário de TI; Monitorações Remotas e ininterruptas de Serviços por meio de acompanhamento de ferramenta de monitoração; Executar o plano de comunicação; Atendimento remoto aos usuários de TIC;	1 UST
Intermediária	I	Serviço de Atendimento remoto ao usuário de TI; Apoio a operação de infraestrutura; Atividades da central de serviços; Realização da pesquisa de satisfação; Manutenção, controle, guarda e documentação de equipamentos tecnológicos; Transporte e guarda dentro do DER/DF; Suporte presencial ao usuário de TIC; Backup e Restauração de Servidores e Serviços Corporativos	2 UST's
Mediana	M	Documentação em geral; Atualização de documentação; Criação de check list; Criação e atualização de templates; Configuração de ativos de rede; Disponibilidade e funcionamento dos bancos de dados corporativos; Desempenho dos bancos de dados; Administração dos servidores de sistemas operacionais;	4 UST's
Alta	A	Análise proativa; Verificação e consolidação de erros; Efetuar testes periódicos; Administração do ambiente virtualizado; Disponibilidade da infraestrutura de Rede; Analisar e buscar correções para as falhas, erros e alertas, considerados críticos; manter e monitorar o ambiente de sistemas corporativos e de aplicações, seus serviços diretos e indiretos, garantindo acessibilidade e disponibilidade; Garantir a disponibilidade, funcionamento e integridade dos ativos e serviços de segurança.	8 UST's
Especialista	E	Atividades que requeram conhecimento especialista e que não estejam no item anterior, como modelagem de processo de trabalho, governança corporativa; apoio na política de segurança da informação, auditoria; análise de um ambiente para mudanças de execução e outras que requeram recursos de consultoria e auditoria para soluções específicas e diversas do rotineiro; analisar, sugerir e apoiar ações preventivas e corretivas de performance de sistemas, de banco de dados, de servidores de aplicação, de gerenciadores de conteúdo, e de aplicações, que garantam acessibilidade e disponibilidade.	10 UST's

Fonte: Quadro de Complexidade dos serviços (fl. 55, e-doc C236A52C-e)

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

26. O quadro representa um fator a ser aplicado pela unidade básica de remuneração (UST) conforme a complexidade da atividade a ser exercida. Desde o nível mais básico ao maior grau de especialização do profissional que atuará para o atendimento das necessidades do órgão.

27. No entanto, a avaliação dos fatores de equivalência de UST descritos no quadro não representam a variação da remuneração por atividade dos técnicos que atuam no setor.

28. No item “2.1.2 Recursos Humanos” do Plano de Sustentação, a jurisdicionada identifica o perfil dos profissionais que atuarão para continuidade do negócio durante a execução do contrato, conforme tabela a seguir.

**2.1.2 Recursos Humanos**

Id	Função	Formação	Atribuições
1	Analista de redes	Superior completo	Dar suporte à reestruturação da rede, bem como atender demandas de infraestrutura da rede
2	Especialista em Banco de Dados	Superior completo + AD	Especialista com certificação em banco de dados
3	Analista de sistemas	Superior completo	Desenvolver baseado nos requisitos levantados os artefatos de software
4	Gerente de contratos de infraestrutura	Superior completo mais Especialização ITIL	Responsável pelo atendimento, acompanhamento, controle e execução do serviço

Fonte: Plano de Sustentação (fl. 30, e-doc D8FD26E3-e)

29. Com base no quadro anterior e no quadro remuneratório divulgado pelo Sistema Nacional de Emprego – SINE (e-doc A24D44B2-e), identifica-se que o salário de um técnico em informática treinee de uma grande empresa recebe R\$ 1.543,73, o de um administrador de Banco de Dados Master de uma grande empresa é de R\$ 9.533,11 e de um Analista de Sistemas é R\$ 9.311,10. A definição das atividades e do grau de complexidade dos serviços no termo de referência representa de forma indireta a remuneração dos profissionais que irão atuar nas diferentes atividades.

30. A análise dos fatores multiplicativos nas equivalências de UST permitem identificar que as variações induzem a valores de pagamento superiores aos de mercado para o profissional alocado.

31. Considerar que um especialista em suas atividades tenha seus custos totais pagos pela equivalência de 10 USTs, incluindo os encargos trabalhistas, lucro da empresa, e outros, corresponderia ao pagamento mensal de  $(10 \times (\text{valor da UST}) \times (\text{horas trabalhadas no mês})) = (10 \times R\$ 46,83 \times 168) = R\$ 78.674,40$ , que, dividindo



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

*pelo fator K de 2,7 resulta na expectativa de salário de R\$ 29.138,67 (R\$ 78.674,40 / 2,7) que é superior em 205,7% ao maior salário pago por especialista em Tecnologia da Informação.*

*32. A variação entre a menor remuneração da área de TI e a maior, conforme dados do SINE, representa um valor multiplicativo de R\$ 9.533,11 / R\$ 1.543,73 = 6,17.*

*33. Desse modo, entende-se que o fator multiplicativo para equivalência de UST não pode ultrapassar seis vezes a UST entre a atividade com menor complexidade e a de maior complexidade.*

*34. Portanto, é cabível sugerir à Corte determinar ao DER que limite os fatores multiplicativos para complexidade definida com variações não excedentes a seis, ou seja, que a razão da maior complexidade pela menor complexidade não ultrapasse seis, de modo a refletir as diferenças remuneratórias na área de Tecnologia da Informação dos diferentes profissionais que atuarão no órgão.*

*35. Quanto à definição de complexidade estabelecida para os níveis de suporte, cabe sugerir à Corte que o DER altere a fixação de complexidade para o suporte de nível 1 de intermediária (item 1.1.3 do Anexo I – especificações Técnicas da Solução de TI) para básica e de nível 2 de básica para intermediária (item 2.1.3 do Anexo I – especificações Técnicas da Solução de TI) (item fl. 67 do Edital).*

*36. A alteração proposta se justifica pois as tarefas exercidas pelo nível 1 de suporte são atendidas, em geral, por soluções automatizadas ou normalmente básicas em relação as do nível 2 que requerem maior capacitação do profissional, fato que não justifica pagamento superior às atividades de suporte de nível 1 em detrimento das atividades de nível 2, como previsto no termo de referência do DER.*

### **Da Estimativa do Preço dos Serviços**

*37. A estimativa de preços foi composta pelas empresas A e C<sup>10</sup>, Stefanini<sup>11</sup> e pelo atual contrato em vigor firmado com a empresa Central IT<sup>12</sup>, conforme quadro a seguir extraído do processo GDF (e-doc D8FD26E3-e e 7334C246-e).*

<sup>10</sup> A & C Centro de Contatos S/A., CNPJ: 02.45.233/0001-04

<sup>11</sup> Stefanini Consultoria e Assessoria em Informática S/A., CNPJ: 58.069.360/0001-20

<sup>12</sup> Central IT Tecnologia da Informação LTDA. CNPJ: 07.171.299/0001-96

**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

**ANEXO XIV - PLANILHA DE CUSTOS CONSOLIDADOS**

EMPRESAS	Qtd. UST	Vi. Unitário	Vi. Total
A e C	133.465	R\$ 46,83	R\$ 6.250.165,95
Stefanini	133.465	R\$ 55,50	R\$ 7.407.307,50
Contrato 016/2011 - DER x Central IT *	133.465	R\$ 42,52	R\$ 5.674.931,80
<b>MÉDIA</b>	<b>133.465</b>	<b>R\$ 48,283333333</b>	<b>R\$ 6.444.135,08</b>
<b>MEDIANA:</b>	<b>133.465</b>	<b>R\$ 46,83</b>	<b>R\$ 6.250.165,95</b>

\* Preço público praticado

Fonte: Planilha de Custos Consolidados (fl. 273, e-doc D8FD26E3-e)

38. Como preço público, a jurisdicionada apresentou apenas o contrato em vigor e compôs a pesquisa com os valores informados por duas empresas. Entende-se que a pesquisa foi precária e poderia ser refeita de modo a ampliar o universo de contratações públicas análogas, a exemplo da contratação em vigor pelo Detran/DF com valor de UST de R\$ 32,25 e outros disponíveis em sítios especializados, como o [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

39. Nesse sentido, entende-se necessário sugerir a Corte determinar ao DER que, além da pesquisa de preços junto a empresas que atuam no segmento, também utilize preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo Distrito Federal ou órgãos federais como parâmetro para a composição do preço de referência do certame, conforme determina a Lei Distrital nº 5.525/2015.

40. Outro aspecto que merece reparo no edital em análise trata-se do item 15.1.6, transcrito a seguir:

15.1.6. Apenas quando julgar necessário a área técnica solicitará planilha aberta nos moldes da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02/2008. (fl. 60, e-doc C236A52C-e)

41. A planilha de custos e formação de preços deverá ser apresentada obrigatoriamente, conforme decisão da Corte destinada a todo o complexo administrativo do DF, veja-se:

**DECISÃO Nº 6035/2015**

V – determinar aos órgãos e entidades do Distrito Federal que, para fins de contratação, na área de Tecnologia da Informação, de serviços de treinamento, consultoria, suporte técnico e de serviços remunerados por meio de métrica baseada em homem-hora, como hora de serviço técnico especializado – HST e unidade de serviço técnico especializado - UST, (...) inclusive nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, façam constar, no respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico, e exijam, dos licitantes e da vencedora, a apresentação de planilha de custos e formação de preços, nos moldes previstos no Anexo III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, (...)



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

42. Desse modo, entende-se cabível sugerir à Corte determinar ao DER que altere o disposto no item 15.1.6 para tornar obrigatória a apresentação da planilha de custos e formação de preços.

### **Elementos de Gestão de Contratos**

43. No tocante à presença de elementos de gestão do contrato, o termo de referência prevê:

4.1.7. O resultado do serviço realizado será validado por meio do “Acordo de Nível de Serviço - ANS” definido formalmente e previamente pelo CONTRATANTE, através das ordens de serviço, para mensurar e monitorar o desempenho da CONTRATADA na prestação de serviços. O ANS deverá conter a descrição dos serviços de TI e suas metas. As condições, afetas diretamente ao Catálogo de Serviços e seus Acordos de Níveis de Serviços, poderão ser revisadas periodicamente, a critério do CONTRATANTE ou por sugestão da CONTRATADA, a qual deverá ser homologada pela CONTRATANTE, a fim de se verificar a continuidade de adequação ao atendimento das necessidades de negócio do CONTRATANTE.

44. O TR limita-se a informar que haverá Acordo de Nível de Serviço e Catálogo de Serviços, no entanto, não apresenta no edital, termo de referência ou processo administrativo do certame (Processo GDF nº 113.003.740/2017<sup>13</sup>).

45. Essas regras afetam diretamente o preço da UST que será ofertado pelas empresas, pois um reduzido lapso temporal para execução de tarefas pode gerar custos elevados para cumprimento de tarefas e o descumprimento dos acordos de nível de serviço podem ser danosos à manutenção do contrato.

46. Dada a inexistência dessas regras, entende-se prejudicada a presença de elementos de gestão do contrato, pela ausência de critérios para pagamento vinculados aos resultados da contratação, bem como as penalidades aplicáveis.

47. Desse modo, sugere-se determinar a fixação no termo de referência do catálogo de serviços e respectivos Acordos de Nível de Serviço associados a cada tarefa em cumprimento ao inciso I do art. 20<sup>14</sup> da IN SLTI-MPOG nº 04/2014, recepcionada no DF pelo Decreto nº 37.667/16.”

<sup>13</sup> e-doc D8FD26E3-e e 7334C246-e.

<sup>14</sup> Artigo 20. O Modelo de Gestão do contrato, definido a partir do Modelo de Execução do Contrato, deverá contemplar as condições para gestão e fiscalização do contrato de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação, observando, quando possível:

I - fixação dos Critérios de Aceitação dos serviços prestados ou bens fornecidos, abrangendo métricas, indicadores e níveis de serviços com os valores mínimos aceitáveis para os principais elementos que compõe a Solução de Tecnologia da Informação;





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

### 7. Concluindo, a Instrução sugere ao Tribunal:

*“I. tomar conhecimento do Edital do Pregão Eletrônico nº 19/2017 – DER e do Processo 113.003.740/2017, do Departamento de Estradas e Rodagem do DF;*

*II. determinar ao Departamento de Estradas e Rodagem do DF que:*

*i) com fundamento no art. 277 do RI/TCDF, suspenda a licitação em referência, até ulterior manifestação desta Corte;*

*ii) apresente as justificativas que julgar pertinentes ou adote medidas com vistas à correção das seguintes falhas ou omissões existentes na condução do processo em questão:*

*a) efetue correções no Edital e no Termo de Referência quanto à numeração de itens/subitens, replicação de textos e correções ortográficas de forma a evitar erros de interpretação dos interessados no certame em respeito aos princípios da transparência, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e outros correlatos;*

*b) reelabore a exigência dos certificados descritos nos itens 15.2.5.1 a 15.2.5.16 fixando o limite máximo de 50% do quantitativo estimado para contratação, alterando a descrição dos itens para permitir a composição de certificados e totalizar os limites estabelecidos;*

*c) redefina a equivalência de Unidade de Serviço Técnico – UST de forma a estabelecer fator multiplicativo entre a menor e a maior complexidade dos serviços remunerados não superior à seis vezes, de forma a compatibilizar aos valores de remuneração praticados no mercado de trabalho de tecnologia de informação;*

*d) altere a fixação de complexidade para o suporte de nível 1 de intermediária (item 1.1.3 do Anexo I – especificações Técnicas da Solução de TI) para básica e de nível 2 de básica para intermediária (item 2.1.3 do Anexo I – especificações Técnicas da Solução de TI);*

*e) refaça a pesquisa de preços, com observância aos termos da Lei nº 5.525/2015, ampliando o universo de empresas pesquisadas, e contemple os preços de contratações públicas análogas ao objeto do certame no cálculo do valor estimado para o certame, em atenção aos princípios da transparência, da economicidade, bem como da jurisprudência desta*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

### *Corte de Contas;*

*f) altere o disposto no item 15.1.6 de forma a tornar a apresentação da planilha de custos e formação de preços de entrega obrigatória pela licitante vencedora, em cumprimento à Decisão nº 6.035/2015, nos moldes previstos no Anexo III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, que contemple a descrição e o quantitativo de cada perfil de profissional a ser utilizado, a remuneração dos mesmos e demais insumos necessários e custos atribuídos à prestação dos serviços contratados, com o fito de demonstrar a economicidade dos valores praticados e a compatibilidade dos mesmos aos custos e margem de lucro das empresas, em observância aos arts. 19, III e 21, II, III, V da referida IN, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 36.063/14, e ao art. 38 da IN SLTI/MPOG nº 04/2014, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 37.667/16;*

*g) estabeleça no termo de referência o catálogo de serviços e respectivos Acordos de Nível de Serviço associado a cada tarefa em cumprimento ao inciso I do art. 20 da IN SLTI-MPOG nº 04/2014, recepcionada no DF pelo Decreto nº 37.667/16;*

*iii) autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento, para os devidos fins.”*

8. Por meio do Despacho Singular nº 245/2017-GCPM (e-doc E6D7846B-e) teci os seguintes comentários:

*“8. Os autos deram entrada em meu gabinete às 17h38min do dia 20.4.2017 (quinta-feira). Amparado pelo art. 113, § 2º, da Lei de Licitações, c/c os arts. 123 e 277 do Regimento Interno desta Casa, e considerando a impossibilidade de deliberação Plenária acerca da matéria decorrente do exíguo prazo até a abertura do procedimento licitatório (dia 25.4.2017, às 9h), passo à análise singular dos fatos.*

9. O Núcleo de Fiscalização de Tecnologia da Informação apontou falhas substanciais no edital:

✓ *critérios restritivos para a comprovação da qualificação técnica das licitantes, com a exigência de quantitativos elevados e de fornecimento de 16 atestados de capacidade técnica, ferindo a competitividade do certame;*

✓ *multiplicadores elevados para atividades a serem pagas por meio da métrica da UST, resultando em remunerações dos profissionais superiores às praticadas no*



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

*mercado;*

- ✓ *pesquisa de preços com a consulta de apenas 2 empresas e utilização dos preços do atual contrato, sem referência a outros preços públicos, em descumprimento à Lei Distrital nº 5.525/15;*
- ✓ *ausência de exigência de planilha de custos e formação de preços da licitante vencedora, em descumprimento à Decisão nº 6.035/15-CAM;*
- ✓ *ausência de catálogo de serviços, acordo de nível de serviços e de seus parâmetros, em descumprimento às disposições da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04/14;*
- ✓ *falhas de numeração de itens e subitens, duplicação de textos e utilização de termos que dificultam a referência ao conteúdo e o entendimento dos interessados.*

*10. Preliminarmente, ressalta-se que os serviços – prestação de suporte ao ambiente computacional de infraestrutura e processo de execução em 1º, 2º e 3º níveis – embora de natureza especializada, são rotineiramente licitados por órgãos e entidades públicas federais e distritais.*

*11. Via de regra obedecem às boas práticas do modelo ITIL<sup>1</sup>, de reconhecimento internacional, de forma que as ferramentas utilizadas e as atividades a serem desempenhadas possuem certa padronização, sendo realizadas por diversas empresas do setor de TI. De maneira semelhante, a métrica escolhida para a mensuração dos serviços – UST (unidade de serviço técnico) – é comumente utilizada por outros órgãos e entidades públicas.*

*12. Destarte, não há justificativas para que a pesquisa de preços do DER/DF tenha se restringido a **apenas 2 (duas)** empresas, considerando que existem outras no mercado distrital aptas a prestar os serviços.*

*13. Também é desarrazoado que, a título de pesquisa de preços públicos, o DER/DF tenha restringido ao contrato atualmente celebrado pelo departamento, não havendo nos autos qualquer referência a certames realizados por outros órgãos e entidades distritais e/ou federais.*

*14. Estes fatores resultaram em um valor médio de R\$ 46,83 para cada UST. Contudo, o NFTI destaca, por exemplo, que o Detran/DF possui contrato em vigor com o valor de R\$ 32,25 por UST, o que não foi considerado na estimativa do DER/DF. Por todo o exposto,*

---

<sup>1</sup> **ITIL** - Information Technology Infrastructure Library - é um conjunto de boas práticas para serem aplicadas na infraestrutura, operação e gerenciamento de serviços de tecnologia da informação (ITSM). Foi desenvolvido no final dos anos 1980 pela CCTA (Central Computer and Telecommunications Agency), atual OGC (Office for Government Commerce) do Reino Unido.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

*a pesquisa de preços deve ser refeita, por não cumprir os requisitos do art. 2º da Lei nº 5.525/15, in verbis:*

*“Art. 2º Na formatação do preço médio praticado pelo mercado, devem ser utilizados os seguintes parâmetros:*

*I – relatório de pesquisa de preço de produtos, com base nas informações da Nota Fiscal Eletrônica – NFe;*

*II – preços públicos referentes a aquisições ou contratações similares realizadas pelo Distrito Federal ou órgãos federais;*

*III – pesquisa publicada em mídia ou site especializado ou de domínio amplo;*

*IV – pesquisa junto a fornecedores.”*

*15. Quanto à qualificação técnica da futura contratada, o edital exige quantitativos elevados, alguns superiores ao percentual paradigma de 50% considerado aceitável por esta Corte, conforme Decisões nºs 2.755/12-CIMF, 1.904/13-CMA e 1.491/14-CPT.*

*16. Ainda neste ponto, deve ser justificada ou revista a exigência de fornecimento de **16 (dezesseis) atestados** de capacidade técnica (itens 15.2.5.1 a 15.2.5.16 do edital) por parte da licitante vencedora, pois tem o condão de cercear a competitividade do certame, de forma que apenas a atual empresa prestadora dos serviços tenha condição de cumprir as exigências.*

*17. No tocante à previsão editalícia de multiplicadores elevados para o pagamento de atividades por meio da métrica UST, o instrumento prevê, por exemplo, que a remuneração das atividades que necessitam de conhecimento de especialistas se dará na proporção de 10 UST por hora de trabalho, o que ensejaria o pagamento de uma remuneração ao profissional contratado – descontados os custos administrativos, encargos patronais e margem de lucro da contratada – de **R\$ 29.138,67<sup>2</sup>**, cifra bastante superior aos padrões do mercado de TI. Esta questão também merece ser esclarecida.*

*18. Observa-se, ainda, que, embora o edital (item 4.1.7<sup>3</sup>) preveja a existência de um Acordo de Nível de Serviço e de um Catálogo de Serviços, estes não constam no documento ou no processo de contratação. A ausência dos artefatos prejudica a formulação de*

<sup>2</sup> Utilizando o valor da UST de R\$ 46,83, definido pelo DER/DF no edital.

<sup>3</sup> “4.1.7. O resultado do serviço realizado será validado por meio do **“Acordo de Nível de Serviço - ANS” definido formalmente e previamente** pelo CONTRATANTE, através das ordens de serviço, para mensurar e monitorar o desempenho da CONTRATADA na prestação de serviços. **O ANS deverá conter a descrição dos serviços de TI e suas metas.** As condições, afetas diretamente ao **Catálogo de Serviços** e seus **Acordos de Níveis de Serviços**, poderão ser revisadas periodicamente, a critério do CONTRATANTE ou por sugestão da CONTRATADA, a qual deverá ser homologada pela CONTRATANTE, a fim de se verificar a continuidade de adequação ao atendimento das necessidades de negócio do CONTRATANTE.”



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

*propostas por parte dos licitantes e o acompanhamento dos serviços, contrariando o teor da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04/2014<sup>4</sup>, mormente o seu art. 20, inciso I<sup>5</sup>.*

*19. Por fim, deve ser reformulada a cláusula 15.1.6 do edital, a qual informa que “**apenas quando julgar necessário** a área técnica solicitará planilha aberta nos moldes da Instrução Normativa MPOG/SLTI nº 02”, uma vez que contraria o teor da Decisão nº 6.035/15-CAM<sup>6</sup>.*

9. Por fim decidi tomar as seguintes providências:

*“a) tomar conhecimento:*

*1) do edital do Pregão Eletrônico nº 19/2017 (e-doc C236A52C-e), lançado pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal;*

*2) da cópia do Processo nº 113.003.740/17 (e-doc D8FD26E3-e).*

*b) determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que:*

*1) com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 277 do Regimento Interno do TCDF, suspenda, **ad cautelam**, o Pregão Eletrônico nº 19/2017 até ulterior decisão deste Tribunal;*

*2) apresente as justificativas que entender pertinentes quanto às impropriedades verificadas ou adote as seguintes medidas corretivas, encaminhando cópia da documentação*

<sup>4</sup> Recepcionada por meio do Decreto nº 37.667/16.

<sup>5</sup> Art. 20. O Modelo de Gestão do contrato, definido a partir do Modelo de Execução do Contrato, deverá contemplar as condições para gestão e fiscalização do contrato de fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação, observando, quando possível:

I - fixação dos Critérios de Aceitação dos serviços prestados ou bens fornecidos, abrangendo métricas, indicadores e níveis de serviços com os valores mínimos aceitáveis para os principais elementos que compõe a Solução de Tecnologia da Informação;

<sup>6</sup> **Decisão nº 6.035/15-CAM, de 15.12.2015:** “O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto da Relatora, decidiu: [... ] V – **determinar aos órgãos e entidades do Distrito Federal que, para fins de contratação, na área de Tecnologia da Informação, de serviços de treinamento, consultoria, suporte técnico e de serviços remunerados por meio de métrica baseada em homem-hora, como hora de serviço técnico especializado – HST e unidade de serviço técnico especializado - UST, independente da modalidade de licitação utilizada, inclusive nos processos de inexigibilidade e dispensa de licitação, façam constar, no respectivo Termo de Referência ou Projeto Básico, e exijam, dos licitantes e da vencedora, a apresentação de planilha de custos e formação de preços, nos moldes previstos no Anexo III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, que contemple a descrição e o quantitativo de cada perfil de profissional a ser utilizado, a remuneração dos mesmos e demais insumos necessários e custos atribuídos à prestação dos serviços contratados, com o fito de demonstrar a economicidade dos valores praticados e a compatibilidade dos mesmos aos custos e margem de lucro das empresas, em observância aos arts. 19, III e 21, II, III, V da referida IN e ao art. 28 da IN SLTI/MPOG nº 04/2010, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 34.637/13, bem como ao art. 38 da IN SLTI/MPOG nº 04/2014;**”





## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

*comprobatória ao Tribunal:*

*2.1) efetue correções no Edital e no Termo de Referência quanto à numeração de itens/subitens, replicação de textos e correções ortográficas de modo a evitar erros de interpretação por parte das licitantes interessadas no certame em respeito aos princípios da transparência, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e outros correlatos;*

*2.2) reveja a exigência dos certificados descritos nos itens 15.2.5.1 a 15.2.5.16 do Edital e fixe o limite máximo de 50% do quantitativo estimado para contratação, alterando a descrição dos itens para permitir a composição de certificados e totalizar os limites estabelecidos;*

*2.3) redefina a equivalência de Unidade de Serviço Técnico (item 7.1.10 do Termo de Referência), de forma a estabelecer fator multiplicativo entre a menor e a maior complexidade dos serviços remunerados não superior à seis vezes, de forma a compatibilizá-la às remunerações praticadas no mercado de trabalho de tecnologia de informação;*

*2.4) altere a fixação de complexidade para o suporte de nível 1 de intermediária (item 1.1.3 do Anexo I – especificações Técnicas da Solução de TI) para básica e de nível 2 de básica para intermediária (item 2.1.3 do Anexo I – especificações Técnicas da Solução de TI);*

*2.5) refaça a pesquisa de preços, com observância aos termos da Lei Distrital nº 5.525/15, ampliando o universo de empresas pesquisadas, e contemple os preços de contratações públicas análogas ao objeto do certame no cálculo do valor estimado, em atenção aos princípios da transparência, da economicidade, bem como da jurisprudência desta Corte de Contas;*

*2.6) altere o disposto no item 15.1.6 do Edital, tornando obrigatória a apresentação e entrega da planilha de custos e formação de preços pela licitante vencedora, em cumprimento à Decisão nº 6.035/15, nos moldes previstos no Anexo III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, que contemple a descrição e o quantitativo de cada perfil de profissional a ser utilizado, a remuneração dos mesmos e demais insumos necessários e custos atribuídos à prestação dos serviços, com o fito de demonstrar a economicidade dos valores praticados e a compatibilidade dos mesmos aos custos e margem de lucro das empresas, em observância aos arts. 19, inciso III e 21, incisos II, III e*



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

*V da referida Instrução Normativa, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 36.063/14, e ao art. 38 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04/2014, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 37.667/16;*

*2.7) estabeleça, no Termo de Referência, catálogo de serviços e respectivos Acordos de Nível de Serviço associados a cada tarefa, em observância ao art. 20, inciso I da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04/2014, recepcionada pelo Decreto nº 37.667/16;*

*c) autorizar:*

*1) o envio de cópia deste despacho ao Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal e ao pregoeiro responsável pelo certame, de modo a subsidiar o cumprimento do inciso II supra;*

*2) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para a adoção das providências pertinentes.”*

10. O Sr. Diretor-Geral do Departamento de Estradas de Rodagem do DF e a Sr<sup>a</sup>. Diretora de Materiais e Serviços do Departamento de Estradas de Rodagem do DF tomaram ciência do teor do referido despacho em 25.4.2017, às 8h39min. (e-docs 0BBB1F05-e e 6F970EF1-e).

É o Relatório.



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

### VOTO

Como de praxe, trago para ratificação do egrégio Plenário o Despacho Singular nº 245/2017-GCPM (e-doc E6D7846B-e), por mim exarado no dia 25.4.2017, cujo teor é no sentido de:

a) tomar conhecimento:

1) do edital do Pregão Eletrônico nº 19/2017 (e-doc C236A52C-e), lançado pelo Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal;

2) da cópia do Processo nº 113.003.740/17 (e-doc D8FD26E3-e);

b) determinar ao Departamento de Estradas de Rodagem do Distrito Federal que:

1) com fulcro no art. 113, § 2º, da Lei nº 8.666/93 c/c o art. 277 do Regimento Interno do TCDF, suspenda, **ad cautelam**, o Pregão Eletrônico nº 19/2017 até ulterior decisão deste Tribunal;

2) apresente as justificativas que entender pertinentes quanto às impropriedades verificadas ou adote as seguintes medidas corretivas, encaminhando cópia da documentação comprobatória ao Tribunal:

2.1) efetue correções no Edital e no Termo de Referência quanto à numeração de itens/subitens, replicação de textos e correções ortográficas de modo a evitar erros de interpretação por parte das licitantes interessadas no certame em respeito aos princípios da transparência, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade e outros correlatos;

2.2) reveja a exigência dos certificados descritos nos itens 15.2.5.1 a 15.2.5.16 do Edital e fixe o limite máximo de 50% do quantitativo estimado para contratação, alterando a descrição dos itens para permitir a composição de certificados e totalizar os limites estabelecidos;



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

2.3) redefina a equivalência de Unidade de Serviço Técnico (item 7.1.10 do Termo de Referência), de forma a estabelecer fator multiplicativo entre a menor e a maior complexidade dos serviços remunerados não superior à seis vezes, de forma a compatibilizá-la às remunerações praticadas no mercado de trabalho de tecnologia de informação;

2.4) altere a fixação de complexidade para o suporte de nível 1 de intermediária (item 1.1.3 do Anexo I – especificações Técnicas da Solução de TI) para básica e de nível 2 de básica para intermediária (item 2.1.3 do Anexo I – especificações Técnicas da Solução de TI);

2.5) refaça a pesquisa de preços, com observância aos termos da Lei Distrital nº 5.525/15, ampliando o universo de empresas pesquisadas, e contemple os preços de contratações públicas análogas ao objeto do certame no cálculo do valor estimado, em atenção aos princípios da transparência, da economicidade, bem como da jurisprudência desta Corte de Contas;

2.6) altere o disposto no item 15.1.6 do Edital, tornando obrigatória a apresentação e entrega da planilha de custos e formação de preços pela licitante vencedora, em cumprimento à Decisão nº 6.035/15, nos moldes previstos no Anexo III da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 02/2008, que contemple a descrição e o quantitativo de cada perfil de profissional a ser utilizado, a remuneração dos mesmos e demais insumos necessários e custos atribuídos à prestação dos serviços, com o fito de demonstrar a economicidade dos valores praticados e a compatibilidade dos mesmos aos custos e margem de lucro das empresas, em observância aos arts. 19, inciso III e 21, incisos II, III e V da referida Instrução Normativa, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 36.063/14, e ao art. 38 da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04/2014, recepcionada pelo Decreto Distrital nº 37.667/16;

2.7) estabeleça, no Termo de Referência, catálogo



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**

GABINETE DO CONSELHEIRO PAIVA MARTINS – A7

Proc.: 10.137/17-e

de serviços e respectivos Acordos de Nível de Serviço associados a cada tarefa, em observância ao art. 20, inciso I da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 04/2014, recepcionada pelo Decreto nº 37.667/16;

c) autorizar:

1) o envio de cópia deste despacho ao Departamento de Estradas e Rodagem do Distrito Federal e ao pregoeiro responsável pelo certame, de modo a subsidiar o cumprimento do inciso II supra;

2) o retorno dos autos à Secretaria de Acompanhamento para a adoção das providências pertinentes.

Sala das Sessões, 25 de abril de 2017.

**JOSÉ ROBERTO DE PAIVA MARTINS**  
**Conselheiro – Relator**

Distribuição antecipada